

"COMO PODEMOS FICAR TRISTES SE ESSE ANO...": a reescrita de uma (nova) história de resistências indígenas no Brasil republicano a partir do digital

"HOW CAN WE BE SAD IF THIS YEAR...": the rewriting of a (new) history of indigenous resistances in republican Brazil from the digital

Ayrton Matheus da Silva NASCIMENTO^{*}

Clevisvaldo Pinheiro LIMA^{**}

Carlos Alberto Batista dos SANTOS^{***}

RESUMO: Embora a história tradicional tenha sido escrita sob as lentes e os efeitos coloniais, os inúmeros movimentos de resistência dos povos anteriormente dominados permitem estabelecer, a partir de suas agências, importantes processos de reescrita e releituras dessas histórias. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo analisar os efeitos de sentido produzidos a partir da *trend* "Como podemos ficar tristes se esse ano...", presente na tomada de posição do movimento social indígena brasileiro em suas resistências tecidas no Brasil republicano. Essa *trend* apresenta uma breve retrospectiva de acontecimentos históricos importantes que marcaram a trajetória do movimento social indígena brasileiro em 2024. Do ponto de vista metodológico, dialogamos com a teoria materialista do discurso. As experiências e as histórias vivenciadas no Brasil pelos povos indígenas refletem, essencialmente, os efeitos dos processos de colonização, sustentados por uma lógica eurocêntrica que, ao longo da história, foi responsável pela expropriação dos direitos, conhecimentos, memórias, culturas e identidades ancestrais e originárias. O material observado nos permitiu perscrutar os elementos intrínsecos à constituição e ao funcionamento do movimento social indígena na contemporaneidade, identificando os dizeres que, quando escritos, operam e circulam no digital, possibilitando repensar e reescrever outras narrativas, gestadas sob as resistências originárias e ancestrais. Essas manifestações do movimento indígena contemporâneo por meio do digital, e que se materializam na língua, para além da aglutinação de vozes, contrapõem aos estereótipos aos quais as violências coloniais costumam idealizar, podendo, como um dos seus efeitos, permitir que essas experiências e vivências sejam reescritas e rompidas, permitindo prospectar novos horizontes, mediante as conquistas dos povos originários, fortalecendo-se e colocando-se no direcionamento da reescrita e da releitura de histórias outras. Esses movimentos de releitura e reescrita da/nha história, antes

* Doutorando em Ecologia Humana e Gestão socioambiental (PPGEcoH/UNEB). Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Juazeiro, BA - Brasil. ayrtonmatheus2015@hotmail.com

** Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor Adjunto da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, PI – Brasil. klevislima@hotmail.com

*** Doutor em Etnobiologia e Conservação da Natureza pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Professor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Juazeiro, BA – Brasil. cabsantos@uneb.br

apagados, silenciados e violentados sob os efeitos coloniais, nos permitem sonhar com a possibilidade de um futuro outro, de um Brasil diferente, e de narrativas outras, escritas e gestadas sob resistências e pelas mãos de povos originários e ancestrais.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento indigenista. História do Brasil. Análise de Discurso. Análise do Discurso Digital.

ABSTRACT: Although traditional history has been written under colonial lenses and effects, the numerous resistance movements of formerly dominated peoples allow us to establish, based on their agency, important processes of rewriting and rereading these histories. In this sense, this work aims to analyze the meaning-making effects produced by the trend 'How can we be sad if this year...', present in the positioning of the Brazilian indigenous social movement in its resistances woven in republican Brazil. This trend presents a brief retrospective of important historical events that marked the trajectory of the Brazilian indigenous social movement in 2024. From a methodological point of view, we engage with the materialist theory of discourse. The experiences and histories lived in Brazil by indigenous peoples essentially reflect the effects of colonization processes, sustained by a Eurocentric logic that, throughout history, has been responsible for the expropriation of ancestral and original rights, knowledge, memories, cultures, and identities. The observed material allowed us to scrutinize the intrinsic elements of the constitution and functioning of the indigenous social movement in contemporaneity, identifying the sayings that, when written, operate and circulate in the digital realm, making it possible to rethink and rewrite other narratives, shaped by original and ancestral resistances. These manifestations of the contemporary indigenous movement through digital means, which materialize in language, beyond the agglutination of voices, counter the stereotypes that colonial violence usually idealizes, and can, as one of its effects, allow these experiences and lived realities to be rewritten and broken, enabling the prospect of new horizons through the achievements of the original peoples, strengthening themselves and positioning themselves in the direction of rewriting and rereading other histories. These movements of rereading and rewriting history, previously erased, silenced, and violated under colonial effects, allow us to dream of the possibility of another future, a different Brazil, and other narratives, written and shaped under resistances and by the hands of original and ancestral peoples.

KEYWORDS: Indigenous movement. History of Brazil. Discourse Analysis. Digital Discourse Analysis.

Artigo recebido em: 01.05.2025
Artigo aprovado em: 21.11.2025

1 Introdução

A história contemporânea do Brasil republicano é marcada essencialmente pela efervescência de inúmeras disputas políticas, lutas e resistências de movimentos sociais minorizados, que redesenham a nossa história nacional por meio dos direitos

sociais conquistados por esses povos (Schaden, 1977; Gohn, 2000; 2011). Um exemplo é o movimento indígena, que se articula como um importante instrumento na luta pela defesa dos direitos originários, por meio de processos de autoafirmação, luta pelos seus territórios, e pela busca de respeito às suas culturas, histórias, memórias e identidades (Matos, 2006; Machado, 2017). Esses esforços produzem novos olhares da sociedade brasileira e do Estado sobre os povos indígenas (Cunha, 2009, 2013; Luciano, 2006; Almeida, 2013; Munduruku, 2012).

As experiências e as histórias vivenciadas no Brasil pelos povos indígenas refletem, essencialmente, os efeitos dos processos de colonização, sustentados por uma lógica eurocêntrica que, ao longo da história, foi responsável pela expropriação dos direitos, conhecimentos, memórias, culturas e identidades ancestrais e originárias (Luciano, 2006; Cunha; Barbosa, 2018; Nascimento; Santana, 2020).

Nesse contexto, Munduruku (2012) identifica três modelos de políticas indigenistas que constituem a historicidade e foram empregados até a efervescência do atual movimento indígena brasileiro: O primeiro modelo, sob a égide da chegada e da colonização, instaurou uma relação exterminacionista, marcada essencialmente pelo genocídio, pela escravização dos indígenas e pelo etnocídio, operado por meio da educação religiosa e da catequese.

O segundo modelo, já no período republicano, foi definido como integracionista. Esse modelo partiu da premissa de que as culturas dos povos indígenas eram inferiores e desinteressantes para as políticas e a formação da identidade nacional, sendo materializado na prática da tutela pelo governo e na posterior integração dos indígenas à sociedade brasileira. Um exemplo é a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) em 1910, sob os pressupostos do positivismo e do governo de Marechal Rondon. Esse modelo se estendeu até a década de 1980, absorvendo os efeitos do período militar, e foi substituído pela Fundação Nacional do

Índio (FUNAI) em 1967.¹ O caráter integracionista foi reforçado pelo Estatuto do Índio em 1973, com o intuito de tutelar aqueles que o Código Civil de 1916 considerava como silvícolas.

O terceiro modelo, advindo da Constituição de 1988, abriu espaço para avanços e conquistas, como a luta pela igualdade, pelo respeito à diversidade étnica, pelo reconhecimento da pluralidade das culturas e pelas garantias das minorias indígenas. Assim, a ideia de incapacidade começou a ser desestabilizada, e a articulação de lideranças indígenas na política oficial começou a ganhar força.

Munduruku (2012) afirma que o movimento indígena brasileiro se baseou numa proposta educacional que seguia duas direções: a formação de quadros para a continuidade do movimento e a formação da sociedade brasileira para o reconhecimento da diversidade indígena. Dessa forma, ocorreram as primeiras assembleias indígenas entre as décadas de 1960 e 1970, evidenciando os protagonismos indígenas e uma consciência pan-indígena². Já na década de 1980, surgiram entidades como a União das Nações Indígenas (UNI) e o Núcleo de Direitos Indígenas (NDI). Na década de 1990, houve uma ampliação da participação dos indígenas nas políticas de Estado, maior acesso ao ensino formal, avanços na luta pela demarcação de terras,

¹ A mudança na nomenclatura Fundação Nacional do Índio para Fundação Nacional dos Povos Indígenas, advinda por meio da Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, foi uma das pautas defendidas pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). Essa mudança se deu em razão dos estereótipos que implicam a genericidade do termo "índio", não compreendendo e não compondo a diversidade dos povos originários, passando então a valorizar as identidades e a diversidade (Brasil, 2023a, b).

² A articulação Pan-indígena refere-se ao movimento social e político indígena, responsável por mobilizar a colaboração dos povos de diferentes regiões do país com o intuito de reivindicar os seus direitos, o reconhecimento e a preservação das suas culturas, ganhou força especificamente a partir das décadas de 1970 e 1980, com a participação ativa de intelectuais, a saber, antropólogos, sociólogos, organizações não governamentais e os próprios povos originários (Oliveira, 2021; 2023; Bicalho, 2019). Ademais, a criação da Declaração de Barbados I, em 1971, denunciou, essencialmente, a presença da sujeição de indígenas a partir de uma relação de subjugação colonial, apontando a necessidade da criação de um estado cada vez mais plural em termos de etnicidade, de modo que os indígenas pudessem ter os direitos da sua autogestão e a segurança das suas liberdades sociais e culturais (Bicalho, 2010).

entre outros, trilhando um caminho árduo para fortalecer e consolidar o movimento indígena brasileiro.

A ideia de nação e civilidade, nos moldes das culturas europeias, era incapaz de conceber e lidar com as pluralidades étnicas e culturais indígenas. A política de assimilação do século XVIII, articulada pelo Marquês de Pombal e retomada com força no século XIX, baseava-se na incorporação dos indígenas ao Império como cidadãos "civilizados," para servir ao Estado como trabalhadores³. O debate do século XIX persistiu marcado por questões relacionadas à terra, ao trabalho e às guerras indígenas (Almeida, 2013). Essas perspectivas, movidas por interesses políticos, ideológicos e socioeconômicos, contribuíram para a construção de uma percepção estereotipada dos indígenas, que hoje vem sendo gradualmente combatida e reinterpretada pelos povos indígenas ao recontarem suas histórias.

Almeida (2013) identifica um processo lento de superação da perspectiva de invisibilidade dos indígenas, construída no século XIX, até o protagonismo conquistado nos séculos XX e XXI, resultado de movimentos políticos e intelectuais que mobilizaram intensa participação indígena. Esse protagonismo também foi impulsionado pelo comprometimento historiográfico de estudiosos a partir da década de 1990, que passaram a valorizar os processos históricos, as agências e as resistências políticas dos povos indígenas. Além disso, nas últimas décadas, as redes sociais e a internet igualmente desempenharam um papel relevante nesse processo, ao ampliarem os espaços de visibilidade e de circulação (Marques, Nogueira, 2012;

³ Essa relação em particular é apontada por Lima (2022) ao analisar as primeiras constituições brasileiras, presentes no século XIX, nas quais a questão do trabalho sobreveio, inicialmente, como uma obrigação às pessoas à margem, a exemplo, às pessoas com deficiência. Desse modo, a Constituição de 1946, ao colocar os sujeitos como dotados de direitos e deveres, enxergou a possibilidade de serem habilitados e, de maneira utilitarista, inseridos na sociedade por meio do trabalho, enquanto uma obrigação social e, por conseguinte, moral e cívica, desviando esses sujeitos da perspectiva de fardo social ao Estado, conforme ratificado no Decreto nº 42.728/1957, atribuindo à dignidade a sua utilidade produtiva enquanto força para o mercado de trabalho. Desse modo, os sujeitos à margem passaram a ser vistos pelo Estado como capazes de serem educados e socializados, como uma via alternativa a manicômios, asilos, penitenciárias etc., de uma maneira que atendia à demanda social da necessidade de mão de obra (Lima, 2022).

Stasiak, 2015; Volpato; Luvizotto; Versuti, 2019) das vozes indígenas, potencializando a produção e a divulgação de narrativas próprias e fortalecendo as lutas identitárias e políticas desses povos.

Com o uso da internet, mas principalmente as redes sociais, os povos originários passaram a conquistar espaços para produzirem “*discursos de*”, isto é, para falarem de si, de sua história e de suas vivências, em contraposição ao “*discurso sobre*”, que apaga o lugar desses povos como sujeitos capazes de falar de si, significando-os como objetos que podem ser falados pelos outros e que, portanto, não tem o direito de decidir sobre o lugar que devem ocupar na sociedade (Orlandi, 2008; 2019). De nossa perspectiva, as inúmeras formas de resistência, instauradas desde os processos de colonização até os dias atuais, marcaram os movimentos políticos e sociais indígenas, evidenciando seu protagonismo político e social na retomada e reconquista de seus direitos diante das imposições coloniais.

Como destaca Almeida (2013), a política indigenista empregada no Império, em relação ao nacionalismo e à etnicidade, era marcada por controvérsias e imprecisões, especialmente no que diz respeito às classificações étnicas, aos conflitos de terra e às antigas aldeias coloniais. A falácia dos discursos que pregavam o desaparecimento dos indígenas, em decorrência dos processos de “civilização” e mestiçagem, era claramente perceptível, mesmo com a presença ativa dos indígenas nas aldeias e cidades do Brasil oitocentista, como evidenciam fontes historiográficas. Desse modo, muitas lutas e reivindicações dos direitos indígenas foram registradas, incluindo a afirmação de suas identidades como intelectuais.

O transcorrer desse devir histórico reflete a necessidade de repensar a escrita da história, considerando os seus efeitos e a sua importância na constituição de perspectivas sobre nação, nacionalidade e identidades. Esse esforço possui o potencial de operar diretamente na construção de um mundo mais plural e menos desigual (Santos, 2019; Nascimento; Santana, 2020).

A partir da década de 1960, os movimentos sociais foram responsáveis por promover mudanças significativas no campo cultural. Se antes utilizavam meios de comunicação mais artesanais para divulgar suas lutas, com a emergência do que, mais tarde, se configuraria como o espaço digital, passaram a adotar novas estratégias de manifestações e protestos, centrando esforços especificamente na crítica aos efeitos hegemônicos do neoliberalismo no mundo contemporâneo globalizado (Pena, 2023).

Santos (2022) nos afirma que até a década de 1970, as narrativas oficiais em relação aos protagonismos de nós, indígenas, foram silenciadas⁴. E esse cenário só tem sido possível de ser relido e ressignificado graças a múltiplas lutas e resistências e ao uso das tecnologias digitais, que abrem novas possibilidades de inscrição do sujeito e de reconfiguração da memória no espaço discursivo contemporâneo uma vez que as novas materialidades tecnológicas transformam o modo como os sujeitos significam e se significam na relação com o dizer (Dias, 2018).

Ademais, Crespo (2009) salienta que os anos iniciais da década de 1980 circunscrevem condições de produção para que os discursos produzidos sobre diferentes minorias sociais, entre elas, os povos originários, ganhem novos contornos de significação. De acordo com essa autora, é nesse período que as diferentes minorias, inspiradas pelas lutas pela redemocratização do país, passam a se organizar e a (tentar) promover resistência aos discursos de invisibilização de seus corpos, identidades e cultura.

No caso específico dos povos indígenas, Santos (2022) ratifica que o conhecimento histórico sofreu as consequências da tradição colonial, tomando os conhecimentos brancos e europeus como superiores e ideais a serem seguidos, o que refletiu diretamente na criação e imposição de subjetividades aos colonizados, responsáveis por legitimar os processos de dominação. Conforme ressalta Pêcheux

⁴ O silêncio, como concebemos, pode ser fundador, ou seja, constitutivo e necessário ao processo de significação. Ou resultante da política do silêncio, na qual o ato de dizer algo implica silenciar outra coisa ou em decorrência do silêncio local, formado por censuras, conjunturas etc. de modo que os sujeitos não possuem o direito de dizer tudo o querem ou pensam (Orlandi, 2007).

(2014), os conhecimentos científicos são escritos a partir de condições de reprodução e de transformação das relações que os produzem. Desse modo, todo evento epistemológico encontra-se situado numa conjuntura histórica, determinada pelo estado das relações de desigualdade e subordinação, responsáveis por marcar a não existência de um estado de natureza ou de inocência epistemológica, refletindo, desse modo, os acontecimentos na história.

O que antes poderia ser observado a partir das formas de organização e mobilização social — isto é, os movimentos sociais enquanto objeto de investigação e análise —, com a influência da internet, os aspectos da tecnologia e do digital tornaram-se um campo ainda mais profícuo de discussão e reflexão, por meio dos discursos, redes, influenciadores, *trends*, entre outros (Pena, 2023).

Nesse caso, propomo-nos a observar manifestações de movimentos sociais indígenas a partir do digital, mais especificamente por meio de uma *trend* — ou seja, uma tendência. Trata-se de um assunto, ideia, desafio ou forma de conteúdo popular, marcado por sua breve duração. É uma onda que se espalha pela internet, sendo compartilhada, viralizada e reproduzida, alcançando e engajando um vasto público. Seu efeito decorre justamente da disseminação (circulação), das repetições e de sua instantaneidade e volatilidade. Como ressalta Dias (2019, p. 64), a circulação é parte da constituição do sentido de postar. “É pela circulação que se dá sua eficácia tecnológica, sendo a viralização o grau máximo dessa eficácia.

O fenômeno de interesse deste trabalho refere-se à *trend* que se popularizou nos últimos dias do ano de 2024, funcionando como uma espécie de retrospectiva, na qual os sujeitos se identificavam com uma tomada de posição alegre, em oposição à tristeza, a partir das conquistas realizadas ao longo do ano. O post analisado, publicado em 20 de dezembro de 2024, tinha como objetivo celebrar essas conquistas e relembrar as lutas que foram significativas para a reafirmação dos povos indígenas no contexto brasileiro atual.

Assim sendo, conforme assinala Dias (2016), no percurso de compreensão da materialidade que constitui as práticas discursivas no digital, estas ganham espessura e densidade à medida que os fatos circulam e operam de forma massiva, quantitativa, em sua relação com as redes de memória. É justamente essa proposição, que desloca o foco do conteúdo para a materialidade que sustenta tais práticas discursivas, que nos interessa observar, incluindo suas filiações, funcionamento e os efeitos que emergem (Pêcheux, 2016), especialmente em suas relações com a ideologia no contexto digital.

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo analisar os efeitos de sentido produzidos a partir da *trend* “Como podemos ficar tristes se esse ano...”, presente na tomada de posição indígena em suas resistências no Brasil republicano de 2024. Trata-se de uma discursividade publicada na página da APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil–, na rede social *Instagram*, que realiza uma breve retrospectiva dos principais pontos que marcaram a trajetória do movimento social indígena brasileiro em 2024.

Esses movimentos de resistência, instaurados no digital, produzem um efeito importante de resistência na medida em que possibilitam criar e estimular novas leituras da história, capazes de desestabilizar as dominações coloniais e ressaltar os protagonismos e (re)conquistas indígenas no contexto atual do Brasil republicano, inserindo-se e instaurando-se na historicidade de novos dizeres baseados nas cosmovisões dos povos originários.

O campo dos estudos discursivos em relação aos povos indígenas no digital tem sido marcado por importantes trabalhos, que analisam desde as representações de identidades indígenas nas etnomídias digitais, marcadas pela noção de resistência e pelo destaque aos aspectos étnico-culturais dos povos (Barboza; Almeida, 2019), até projetos de educação midiática e inclusão digital na formação de indígenas, ressaltando o uso das mídias digitais como ferramenta para midiatizar as relações políticas do movimento social (Coelho, 2020).

Além disso, são analisados o imaginário social construído em torno dos povos indígenas, com base na diversidade de materiais disponíveis no ciberespaço, e as representações derivadas dele. Isso inclui a extensão e a confluência entre seus territórios físicos e o ciberespaço (Concha; Siqueira, 2020). Outro ponto relevante é como as etnomídias indígenas contribuem para a construção de contranarrativas por meio das redes digitais, produzidas pelos próprios indígenas, denunciando aspectos que não são transmitidos pelas redes tradicionais (Gomes, 2022).

Ademais, também são observadas as formas como os discursos e as práticas ciberativistas de mulheres indígenas são produzidos nas redes. Esses sujeitos discursivos utilizam espaços virtuais para a desconstrução de estereótipos sobre a imagem da mulher indígena e sobre os povos indígenas em geral, assinalando como esses espaços são empregados para a promoção de debates (Pantoja, 2022). Além disso, são analisadas as formas como a história, a cultura e as identidades dos povos indígenas são narradas pelos próprios indígenas, operando na preservação da memória e da identidade sob o espectro da inovação e da difusão do conhecimento (Sylvestre; Escudero, 2024), entre outros trabalhos.

Nesse sentido, ler essas discursividades que operam a partir do digital permite perceber os redesenhos assumidos pelo movimento social indígena na contemporaneidade, bem como prospectar seus delineamentos e projeções futuras para a construção e consolidação do estado democrático de direitos, provocados por meio do digital.

O campo de pesquisas relacionadas ao digital é muito amplo e pode ser analisado sob diferentes perspectivas, como os movimentos sociais, o consumo, as tendências, ou mesmo como uma plataforma de atuação e rearticulação dos movimentos sociais ou manifestações dos sujeitos. Entretanto, interessa-nos pensar sob outra perspectiva: a da análise de discurso materialista, compreendendo o digital não apenas como meio ou ferramenta, mas como materialidade discursiva atravessada por relações de poder, memória e ideologia. Nessa direção, tomamos Dias (2016; 2018;

2019) como principal referência no que diz respeito à problematização do funcionamento do discurso no espaço digital e nas reflexões sobre como a circulação e a viralização (re)produzem efeitos de sentido.

A análise do material permitirá compreender duas nuances significativas: o eixo temático em que se desenvolve a atual pauta do movimento social indígena brasileiro em sua diversidade (geográfica e cultural) e a perspectiva de romper com outros gestos de leitura em torno da história, a partir de retomadas, reconquistas e do asseguramento de seus direitos sociais na esfera pública brasileira.

Com isso, acreditamos que esses movimentos de resistência, instaurados a partir do digital, produzem como efeito a irrupção de novos gestos de leitura na/da história, capazes de desestabilizar as dominações coloniais e ressaltar os protagonismos e as (re)conquistas indígenas no contexto atual do Brasil republicano. Tais movimentos se inscrevem na historicidade de novos dizeres, instaurando outras possibilidades de memórias e de sentido, que marcam a emergência de novas histórias a partir das cosmovisões dos povos originários.

2 Metodologia

Do ponto de vista metodológico, ancoramos nosso percurso e processo de análise na análise materialista de discurso, conforme formulada por Pêcheux e desenvolvida por Orlandi. Trata-se de um dispositivo teórico-analítico que busca interrogar a relação entre língua, sujeito, história, política e sociedade na produção de sentidos por meio do discurso (Pêcheux, 1993; Orlandi, 2011; 2012). O discurso, nesse contexto, é compreendido como efeito de sentidos entre locutores (Pêcheux, 2014). Assim, interessa-nos compreender a materialidade que constitui nosso objeto de análise, o que implica entender o que faz com que o material signifique de uma determinada maneira e não de outra (Pêcheux, 2014; Orlandi, 2008).

No movimento pendular de análise entre a teoria e o objeto investigado (Petri, 2012), recortamos um pôster da rede social *Instagram*, publicado em 20 de dezembro

de 2024, de autoria coletiva. O principal espaço de publicização foi o perfil da APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), criado em 2005, que desempenha um papel importante na luta pelos direitos dos povos indígenas. O post foi igualmente publicado de forma coletiva nos perfis: @apiboficial, @apoinme_brasil, @coiabamazonia, @arpinsuloficial, @cons.terena, @atyguase, @yvyrupa.cgi e @arpinsudestesprj, representando uma articulação e solidariedade do movimento indígena no tempo presente⁵.

Por se tratar de um material digital, nosso trabalho de arquivo — isto é, o conjunto de objetos que nos fornece informações sobre um determinado tema — encontra-se disperso e organizado a partir do processo e do percurso de leitura (Orlandi, 2020). Nesse contexto, nosso *corpus* de análise, entendido como um conjunto de formulações produzidas por meio do processo de interpretação em confronto com o arquivo (Orlandi, 2007; Dias, 2016), é constituído pela sequência de um pôster dividido em oito imagens, com materialidade verbal e não verbal.

A partir de nossa filiação teórica, entendemos que o *corpus* resulta de um trabalho de leitura de arquivo, no qual a relação entre língua e exterioridade constitui a produção indissociável entre os efeitos linguísticos e materiais na história (Pêcheux, 2010). Ele é elaborado, então, a partir de uma questão proposta em torno de um determinado acontecimento, constituindo as unidades discursivas para análise e nos direcionando para o percurso analítico que apresentamos a seguir.

3 Resultados e discussões

O movimento social indígena contemporâneo tem encontrado, por meio do digital, uma importante ferramenta de difusão e articulação de suas pautas sociais, configurando-se em um espaço e uma plataforma pública de atuação e denúncia. Nesse contexto, os objetivos do movimento são estrategicamente apresentados para

⁵ Até a presente data 04/01/2024, o perfil da APIB contava com o número de mais de 331 mil seguidores, o que reflete seu raio de alcance e difusão das notícias.

alcançar o público em geral e mobilizar rearticulações do próprio movimento. A seguir, analisaremos o pôster em questão:

Figura 1 – *Trend- Como podemos ficar tristes se esse ano...*



Fonte: Instagram @APIB, 2024.

Como mencionado anteriormente, a *trend* "Como podemos ficar tristes se esse ano..." consiste, essencialmente, em recordar, em uma espécie de retrospectiva, momentos importantes ocorridos ao longo do ano de 2024. Em sua publicação, a APIB e os demais perfis colaboradores apresentam oito "conquistas" e "lutas importantes", responsáveis por divulgar e convocar importantes significantes considerados motivos de celebração:

1. O manto Tupinambá voltou ao Brasil;

2. Conquistamos a desintrusão das Terras Indígenas Alto do Rio Guamá, Apyterewa, Trincheira do Bacajá e Karipuna;
3. A desintrusão e proteção da Terra Indígena Yanomami continua.
4. Aumentamos em 8% no número de indígenas eleitos, em relação a 2020;
5. Conquistamos a lei que reserva 30% das vagas do serviço público para indígenas e quilombolas;
6. Conquistamos a declaração de 11 Terras Indígenas pelo Ministério da Justiça;
7. Conquistamos a demarcação de 5 Terras Indígenas, homologadas pelo Presidente Lula.
8. Tivemos um ATL incrível E ano que vem teremos de novo.

A publicação analisada foi produzida com o objetivo de celebrar conquistas e relembrar as lutas que foram importantes para a reafirmação dos povos indígenas no atual contexto brasileiro. Em seu funcionamento, a materialidade do objeto de análise se constitui a partir de elementos verbais e não verbais. Conforme aponta Coelho (2021, p. 48), a imagem, no contexto digital, opera a partir do funcionamento do aplicativo, perfazendo, de nossa perspectiva, uma importante condição de produção imediata. Desse modo, temos, pelo funcionamento do Instagram, nas imagens, a injunção da criação de redes capazes de serem replicadas, curtidas, comentadas, compartilhadas etc., criando uma rede de alcance vasto, capaz de conectar múltiplos sujeitos.

Outro aspecto relevante a ser observado nesse contexto é o concernente à autoria. Em muitas situações, o nome do autor se faz presente; entretanto, em outros momentos, ele se apaga, sendo substituído pela assinatura de uma instituição, órgão ou grupo (Dias, 2016). No caso do pôster analisado, a autoria coletiva serve como porta-voz da coletividade indígena e de seus interesses no contexto político republicano.

Do ponto de vista da discursividade do texto que compõe o enunciado “Como podemos ficar tristes se esse ano...,” inscrito na primeira pessoa do plural, denunciam

e marcam as filiações coletivas que constituem a historicidade de lutas e conquistas do e no movimento social indígena, o que corrobora ao que se encontra exterior ao texto, nos permitindo esse olhar, responsável por confrontar os possíveis sentidos na discursividade e nos colocar frente a materialidade que o constitui.

Devemos observar a ênfase advinda do uso repetido dos verbos na primeira pessoa do plural, convocada pela existência do "nós" em funcionamento: tanto na própria chamada da *trend* "Como podemos ser tristes se...", como nas conquistas elencadas – "conquistamos", "aumentamos", "tivemos" –, somada às diferentes imagens dos povos indígenas (apresentados de forma coletiva), produz como efeito o entendimento de que as conquistas alcançadas não resultam de ações individuais, mas ratificam a importância para a historicidade da coletividade do movimento social indígena brasileiro. Em outras palavras, a articulação contemporânea do movimento, sustentada pela articulação de diferentes etnias indígenas em sua heterogeneidade, tem permitido e fortalecido essas conquistas acentuadas na contemporaneidade, reinscrevendo o “nós” como gesto de resistência e de afirmação política tanto nos espaços públicos quanto no espaço digital.

No enunciado, “Como podemos ficar tristes se esse ano...”, observa-se a tentativa de produzir um efeito de sentido de realização e conquista, ao mesmo tempo em que denuncia as violências e desrespeitos outrora sofridos pelos povos originários. Contudo, em sua estrutura e funcionamento, o enunciado (d)enuncia, de igual modo, a possibilidade de mudanças em face das lutas realizadas.

Os elementos que compõem o poster, operam enquanto uma unidade significativa, capaz de instigar nos sujeitos a interpretação e a concepção desses fatos articulados às memórias e histórias de resistência frente às dominações coloniais. Neles, observamos atos que textualizam comemorações, celebrações, reconquistas e retomadas relacionadas aos elementos culturais, às terras, às novas conquistas nos serviços e setores públicos, bem como à força e ao engajamento do movimento e de

sus articulações políticas capazes de reescrever a história, como vemos nas linhas subsequentes.

Como ressalta Dias (2016), no percurso de compreensão, é essencial observar os aspectos que engendram os sujeitos a partir de sua filiação à memória histórica. Isso nos permite perceber a materialidade do discurso no digital, em que a presença de elementos da natureza provoca efeitos de integração, interconexão e comprometimento político, social, cultural e ancestral com a natureza, enquanto constituição identitária. Este comprometimento reforça a conservação e perpetuação das identidades e manifestações culturais dos povos indígenas.

A APIB, veículo e autoria coletiva que assina o pôster, busca definir sua identidade como descendentes de gerações milenares que lutaram pela vida da mãe Terra, pensando a partir de suas vidas, territórios, e defendendo as terras ancestrais enquanto enfrentam a crise climática mundial. A organização defende a luta pela cura da terra, alcançada por meio da demarcação dos territórios indígenas. Seus objetivos incluem o fortalecimento da união dos povos indígenas, a articulação entre as regiões e organizações indígenas do país, a unificação das lutas, pautas e demandas, bem como o fortalecimento coletivo das suas reivindicações. Além disso, promove a mobilização e organização contra ameaças e agressões aos direitos dos povos indígenas.

Em termos políticos, a APIB é uma organização criada pelo movimento indígena com o propósito de representar e defender os direitos dos povos indígenas do Brasil. Ela desempenha o papel de articular e divulgar informações sobre as lutas, conquistas e desafios enfrentados. Seu surgimento ocorreu em 2005, durante o Acampamento Terra Livre, realizado na capital do Brasil, Brasília, que, desde 2004, mobiliza representantes de povos indígenas de todas as regiões do país. A representação e a presença da APIB nos estados brasileiros se dão por meio de organizações regionais, a saber:

- Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB);

- Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME);
- Conselho do Povo Terena;
- Aty Guasu – Grande Assembleia do Povo Guarani (ATY GUASU);
- Comissão Guarani Yvyrupa (CGY);
- Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ARPINSUDESTE);
- Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (ARPIN SUL)⁶.

As condições que produzem esse discurso reverberam a problemática das questões agrárias e das relações sociais e de poder que envolvem os mais de 500 anos de história e disputas no Brasil. Essas questões têm se articulado com as retomadas e reconquistas de direitos, impulsionadas pelos avanços na Constituição de 1988 e na formatação do Estado democrático de direito, além da promoção do bem-estar de toda a diversidade étnica que constitui o país. Esse processo exige o reconhecimento e o respeito à nossa diversidade sociocultural. Assim, por meio da leitura proposta, confronta-se o real da língua com o real da história.

Na materialidade que constitui nossa investigação, tanto por meio da imagem quanto dos enunciados — isto é, das construções discursivas —, entramos em diálogo com um discurso outro, capaz de marcar o interior do dizer em sua relação com a memória histórica (Pêcheux, 2008), em suas relações comunitárias. Nesse sentido, a presença de elementos da natureza provoca um efeito de integração, interconexão e comprometimento político, social, cultural e ancestral com a natureza, que é constitutiva das identidades indígenas. Além disso, por meio da discursividade que convoca os elementos da natureza, evidencia-se o comprometimento constante com a conservação, visando à preservação e perpetuação da natureza, das espécies e das

⁶ Para mais informações, ver: I. ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. APIB - Apoie. Disponível em: <https://apiboficial.org/apoie>. Acesso em: 04 jan. 2025. II. ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. APIB - Sobre. Disponível em: <https://apiboficial.org/sobre>. Acesso em: 04 jan. 2025.

identidades e manifestações culturais. É justamente na presença desses elementos demarcadores que podemos observar a relação entre discurso e memória histórica, constituindo a produção de sentidos (Pêcheux, 2010)⁷.

No caso observado, identificamos o que Dias (2016) chama de corpografia, ou seja, o processo de textualização do corpo em letra e em tela, entrelaçando os afetos dos sujeitos marcados pelo digital. Nesse sentido, a autora defende que escrever no digital refere-se a um gesto que também escreve o corpo (Dias, 2016). Nesse sentido, o pôster enfatiza uma perspectiva futurista positiva aos corpos indígenas, em relação a novas conquistas que poderão ser redesenhadadas na relação entre os povos indígenas no Brasil contemporâneo e a seguridade de seus direitos.

Podemos observar como o sujeito formula seu dizer, afetado pela tecnologia digital, destacando como esse discurso encontra-se digitalizado em uma unidade de sentidos e como a língua se adapta às particularidades do digital. É por essa compreensão que Dias (2019) salienta que o funcionamento das tecnologias digitais modifica as condições de produção do discurso, uma vez que a materialidade tecnológica passa a integrar o próprio processo de significação, afetando a forma como os sujeitos significam e se significam no espaço digital.

Nesse sentido, destacamos o funcionamento da *trend*, que se insere na rede de memória de conquistas e retomadas, afetando a coletividade e dando fluidez ao atual movimento social indígena. A dispersão dos recortes e acontecimentos gera um efeito de unidade de sentidos sob o significante étnico, entrelaçando suas reconquistas, resistências e retomadas de direitos sociais.

A presença de sujeitos de diferentes idades rememora a luta desenvolvida de forma geracional, na qual as práticas de resistência instauradas por antecessores políticos são transmitidas às novas gerações. Ademais, são as conquistas e resistências

⁷ Por meio da descrição, compreendemos os aspectos que constituem o real da língua, responsáveis por produzir equívocos, falhas etc. Já o processo de interpretação nos coloca diante do real da história, capaz de produzir a não transparência e as contradições (Dias, 2016).

dos antepassados que permitem às novas gerações também trilhar seus próprios caminhos. Nesse contexto, a temporalidade não opera estritamente na cronologia, mas, por meio do digital, na lógica de acesso, circulação e atualização constante de informações, como compartilhamentos e reatualizações nas imagens que o *poster* convoca. Isso instaura a possibilidade de instabilidade desses arquivos, permitindo releituras e mudanças nos dizeres, somando-se à historicidade das novas lutas dos povos indígenas no espaço digital.

Assim, o corpo escrito em letra incorpora aos dizeres os afetos e sua potência política (Dias, 2016). Observa-se aqui uma relação direta com as lutas pela terra, a defesa de uma perspectiva ecológica no uso de recursos naturais, os aspectos ancestrais e a cosmovisão dos povos originários. Estes elementos são fundantes de seus compromissos políticos, ideológicos, históricos e sociais, que se encontram intimamente ligados às memórias de resistência desses grupos.

Ao desafiarem às ideologias dominantes, esses corpos instauram gestos políticos de resistência, configurando-se como corpos que resistem, simbolizam e significam atos de resistência, ademais, são corpos que falam, gritam e se organizam politicamente (Barbosa Filho, 2018). Eles resistem por existir frente aos projetos de dominação e dizimação coloniais, ao enfrentarem a negação de seus direitos e reafirmarem as suas culturas e identidades. A estrutura discursiva do pôster traz uma reivindicação de caráter nacional. Produzido pelos próprios indígenas, ele interconecta organizações regionais para fortalecer a união dos povos e suas demandas diante das inúmeras violências e ameaças sofridas, convocando a responsabilidade do Estado brasileiro.

Dessa maneira, marca-se um importante deslizamento para o contexto político público, frente às autoridades, ao mobilizar o reconhecimento das lutas indígenas e exigir a retomada da responsabilidade do Estado na garantia e reconquista de seus direitos. Se antes, na história dos movimentos, era equivocadamente atribuída uma passividade aos indígenas em suas lutas (Baniwa, 2007), agora observamos um

confronto público e direto, que já tem produzido efeitos jurídicos, políticos e sociais, materializados em celebrações e conquistas. O movimento, entretanto, não propõe em sua discursividade o rompimento com o Estado-nação, mas sim uma luta por retomadas e reconquistas que também pertencem a história do Brasil, que é essencialmente originária.

Ao pensarmos no funcionamento que emerge a partir dos enunciados e das palavras empregadas na sua constituição, inscritas na história, observamos como releituras, a exemplo do emprego de desocupação de territórios indígenas nominada de “desinrusão,” reverberam na produção e circulação de uma nova gramática contra os efeitos colonial incidindo e convocando sentidos e relações outras, envolta no social e denunciada na língua. Essa gramática quando mobilizada por esses sujeitos é capaz de referir-se à experiência e à ótica dos povos minorizados em suas relações com o real e o simbólico, em contraposição às práticas coloniais, inaugurando novas formas de se relacionar com o social e com a língua.

Se antes a história era escrita não com o vermelho do urucum, mas com o sangue dos povos originários, derramado sob as violências coloniais, temos por meio da conjunção “se”, no enunciado do pôster, a denúncia e o flagrante condicionante a existência de outras condições possíveis que operam na história. O que outrora poderia legitimar uma condição originária de tristeza diante das violências e desrespeitos sofridos, em 2024, é repensado, reelaborado e resistido de maneira política, simbólica e afetiva pelos novos re-desenhos que o movimento indígena contemporâneo brasileiro tem continuado, semelhante aos nossos ancestrais, instaurando no seio do pensamento social e da historiografia brasileira. Conforme apontam Souza e Souza (2024), ao ler a experiência histórica de um país constituído por um imaginário de diversidade cultural, a alegria de seu povo se manifesta mesmo em cenários hostis.

A retomada e a reconquista de direitos, quando reconhecidas e sancionadas institucionalmente pelo Estado, ganham nova dimensão ao circularem digitalmente. Isso permite que outros sujeitos sejam instados e afetados pelo digital, exercendo

pressões sobre os órgãos oficiais e registrando a atuação do movimento indígena. Essa atuação se manifesta com potência coletiva e ancestral nos modos de resistir, permitindo a reconquista de direitos. Dessa forma, os sentidos operam e se constituem em sua relação com as redes, e com as filiações com os discursos que se entrelaçam e disputam sentidos em torno da historicidade e da história do movimento.

Quando afirmamos que os sentidos operam e se constituem por meio da circulação, indicamos uma mudança em relação ao passado. Antes, as lutas e conquistas indígenas ocorriam de forma isolada. Hoje, graças ao digital, essas ações alcançam proporções nacionais e internacionais, aglutinando múltiplos sujeitos em torno da causa indígena. Essa nova dinâmica articula a luta de um povo com a defesa dos direitos humanos universais, o respeito à diversidade e o cumprimento da Constituição, ampliando a conscientização e a mobilização em torno dessa causa.

Embora curto em sua constituição morfológica, o enunciado provoca uma desestabilização de mais de 500 anos de história. As reconquistas históricas, os novos redesenhos e a afirmação das memórias e manifestações das territorialidades indígenas configuram-se a partir das suas tomadas de posição a qual abrem novos horizontes. Esses horizontes permitem reescrever as memórias e histórias frente às conjunturas políticas, sociais e culturais que, no passado, só possibilitavam a manifestação de afetos vinculados a elementos negativos.

O dizer, para se reinscrever e para produzir sentidos outros aos quais estão operando e circulando na história, recorre a memória, a fim de produzir novos sentidos baseados na luta indígena e em uma memória recente que constantemente se constrói, mas que tem raízes históricas no passado. Essas novas lutas e narrativas se manifestam e se materializa na retomada de territórios e bens culturais, na garantia de direitos como a segurança nas terras indígenas, no acesso a serviços públicos e no aumento da representação política indígena, capazes de denunciar, por meios desses avanços e (re)conquistas que se consolidam cotidianamente resultado de longos processos de lutas e resistências ao longo da história.

Se antes essas conquistas ocorriam de maneira isolada, o digital permite que sejam amplamente divulgadas, fortalecendo outros movimentos de resistência e conscientizando a sociedade sobre a pertinência das lutas indígenas. Um dos efeitos acarretados pelo digital refere-se à visibilidade online, que possibilita denunciar situações de violência, enunciar novas vozes não hegemônicas e não oficiais e mobilizar a sociedade em defesa dos direitos e do respeito aos povos indígenas.

4 Considerações finais

Neste trabalho, buscamos analisar os efeitos de sentido produzidos a partir da *trend* “Como podemos ficar tristes se esse ano...”, enunciada pelo movimento social indígena brasileiro e publicada na página da APIB no *Instagram*. Essa *trend* apresenta uma breve retrospectiva de acontecimentos históricos importantes que marcaram a trajetória do movimento social indígena brasileiro em 2024, com o objetivo de compreender como essa *trend* contribui para uma nova leitura da história. Ao pensarmos na historicidade que constitui sua formulação, entendemos que, ao operar e produzir sentidos outros, ela se instaura e se inscreve como uma ruptura no dizer, capaz de inaugurar outros gestos de leitura e escrita da/na história, marcados pelos movimentos de resistência e reconquista indígenas em torno de seus direitos políticos e sociais. Essa nova perspectiva permite vislumbrar outros caminhos possíveis para a história, frutos das inúmeras lutas ancestrais ao longo do tempo.

As tomadas de posição e manifestações corporificadas de afeto no digital que constitui a materialidade observada permitem analisar distintos elementos que fundamentam as principais pautas do movimento indígena contemporâneo brasileiro. Essas pautas essencialmente se posicionam contra as dominações e imposições coloniais, inaugurando novas formas de manifestação política, social, cultural e territorial. Agora, essas manifestações circulam e operam na memória que constitui o digital, capazes de sofrer atualizações e novas circulações, a fim de fortalecer a historicidade que constitui e que se escreve e se reescreve no seio do movimento.

Essas manifestações do movimento indígena contemporâneo por meio do digital, e que se materializam na língua, para além da aglutinação de vozes, contrapõem aos estereótipos aos quais as violências coloniais costumam idealizar, podendo, como um dos seus efeitos, permitir que essas experiências e vivências sejam reescritas e rompidas, permitindo prospectar novos horizontes, mediante as conquistas dos povos originários, fortalecendo-se e colocando-se no direcionamento da reescrita e da releituras de histórias outras.

Esses movimentos de releitura e reescrita da/na história, antes apagados, silenciados e violentados sob os efeitos coloniais, nos permitem sonhar com a possibilidade de um futuro outro, de um Brasil diferente, e de narrativas outras, escritas e gestadas sob resistências e pelas mãos de povos originários e ancestrais.

Referências

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. Mudança na nomenclatura da FUNAI. 2023b. Disponível em: <https://apiboficial.org/2023/01/02/mudanca-na-nomenclatura-da-funai>. Acesso em: 4 jan. 2025.

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. APIB – Apoie. Disponível em: <https://apiboficial.org/apoie/>. Acesso em: 4 jan. 2025.

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. APIB – Sobre. Disponível em: <https://apiboficial.org/sobre/>. Acesso em: 4 jan. 2025.

ALMEIDA, M. R. C. Os índios na história do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. *Revista História Hoje*, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 21–39, 2013. DOI <https://doi.org/10.20949/rhhj.v1i2.39>

BRASIL. Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023a. Reorganiza os órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 1 jan. 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.154-de-1-de-janeiro-de-2023-451556864>. Acesso em: 4 jan. 2025.

BARBOSA FILHO, F. R. “Não sendo os africanos libertos nascidos no Brasil...”: a legislação antiafricana na Bahia do século XIX (1824-1835). *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 60, n. 1, p. 271-294, 2018. DOI <https://doi.org/10.20396/cel.v60i1.8649748>

BARBOZA, M. O.; ALMEIDA, A.L. de C. Rádio indígena web: etnomídia na construção de um letramento crítico. **Revista Recorte**, v. 16, n. 2, 2019.

BICALHO, P. S. dos S. **Protagonismo indígena no Brasil**: movimento, cidadania e direitos (1970-2009). 2010. 464 f., il. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

BICALHO, P. S. dos S. Resistir era preciso: O Decreto de Emancipação de 1978, os povos indígenas e a sociedade civil no Brasil. **Topoi (Rio J.)**, v. 20, n. 40, jan.-abr. 2019. DOI <https://doi.org/10.1590/2237-101x02004007>

CRESPO, A. M. M. **Da invisibilidade à construção da própria cidadania**. Os obstáculos, as estratégias e as conquistas do movimento social das pessoas com deficiência no Brasil, através das histórias de vida de seus líderes. 2009. Tese de Doutorado (Programa de Pós-graduação em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2009.

COELHO, R. F. Mídia digital e movimento indígena no Brasil: o caso da Organização dos Povos indígenas Xavante. **Revista FAMECOS**, v. 27, p. 1-14, 2020. DOI <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2020.1.35899>

COELHO, V. B. **Violências encenadas**: efeitos de um processo discursivo materializado no Instagram. Campinas, SP: [s.n.], 2021. Disponível em: <https://www.repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1165549>. Acesso em: 19 fev. 2025.

CONCHA, J. P. P.; SIQUEIRA, N. A. W. O imaginário social sobre o povo indígena Misak (colômbia) no ciberespaço, como extensão de seu território e saberes. **Revista Intellectus**, v. 59, n. 1, p. 5-19, 2020.

CUNHA, M. C. da. História dos índios no Brasil. In: **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 609-609.

CUNHA, M. C. da. **Índios no Brasil**: história, direitos e cidadania. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CUNHA, M. C. da; BARBOSA, S. **Direitos dos povos indígenas em disputa no STF**. SciELO-Editora UNESP, 2018.

DIAS, C. Análise do discurso digital: sobre o arquivo e a constituição do corpus. **Estudos Linguísticos (São Paulo. 1978)**, [S. l.], v. 44, n. 3, p. 972–980, 2016.

Disponível em: <https://revistadogel.emnuvens.com.br/estudos-linguisticos/article/view/1030>. Acesso em: 1 jan. 2025.

DIAS, C. **Análise do discurso digital:** sujeito, espaço, memória e arquivo. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

DIAS, C. Textualidades seriadas: entre a repetição, a regularização e o deslocamento, o caso dos memes. **RASAL Lingüística**, (2), 55–74, 2019.

GOHN, M. da G. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 5, n. 1, p. 11–40, 2000. DOI <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2000v5n1p11>

GOHN, M. da G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333-361, 2011. DOI <https://doi.org/10.1590/S1413-24782011000200005>

GOMES, D. dos S. **Etnomídia:** contra-narrativas indígenas nas redes digitais. 2022. 76f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Sociedade) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade, Palmas, 2022.

LIMA, C. P. **Discurso(s) do/no jornal Folha de São Paulo sobre os atletas e os Jogos Paralímpicos:** esporte, corpo e sujeito. 2022. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022.

LUCIANO, G. dos S. *et al.* **O índio brasileiro:** o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília, DF: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006.

MACHADO, A. M. Movimento indígena ou indígenas em movimento. **MovimentAção**, [S. I.], v. 4, n. 06, p. 165–177, 2017. DOI <https://doi.org/10.30612/mvt.v4i06.7545>

MATOS, M. H. O. **Rumos do movimento indígena no Brasil contemporâneo:** experiências exemplares no Vale do Javari. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/370635>. Acesso em: 19 fev. 2025.

MARQUES, Â. C. S.; NOGUEIRA, E. C. D. Estratégias de visibilidade utilizadas por movimentos sociais na internet. **Comunicação Midiática**, v. 7, n. 2, p. 138-161, 2012.

NASCIMENTO, A. M.; SANTANA, P. A. Decolonialidade: contribuições para (re)pensar a História. *Revista de Ciências Humanas Caeté*, v. 2, n. 3, p. 167-178, 2020.

OLIVEIRA, K. O Movimento Indígena no Brasil: apontamentos básicos. In: SALLES, Anderson G. de (org.). *Antropologia & Sociedade-Revista do Laboratório de Antropologia, Arqueologia e Bem-Viver da UFPE*, v. 1, n. 1, 2023.

OLIVEIRA, K. E. de. **O Nascimento do Movimento Indígena no Brasil: Apontamentos Histórico-Antropológicos**. 2021. Disponível em: Academia.edu. Acesso em: 2 fev. 2025.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos. Editora da UNICAMP, 2007. DOI <https://doi.org/10.7476/9788526814707>

ORLANDI, E. P. Exterioridade e Ideologia. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, SP, v. 30, 2011. DOI: 10.20396/cel.v30i0.8637037. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637037>. Acesso em: 5 jan. 2021.

ORLANDI, E. P. **Terra à vista:** discurso do confronto: velho e novo mundo. Cortez Editora, 2008.

ORLANDI, E. P. Política e silêncio na América Latina: quando se fala pelo outro. In: GRIGOLETTO, E.; NARDI, F. S. de; SILVA SOBRINHO, H. F. da (org.). **Silêncio, memória, resistência:** a política e o político no discurso. Campinas: Pontes Editores, 2019. p. 19–39.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso:** princípios & procedimentos. Pontes, 2012.

ORLANDI, E. P. **Interpretação:** autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5. ed. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, M. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni Orlandi. 5. ed. Campinas: Pontes, 2008.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. (org.) **Gestos de leitura**. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. el4v44n.1,2e3.indd98028/02/201615:23:23

PÊCHEUX, M. Abertura do Colóquio. In: CONEIN, B. et al. **Materialidades Discursivas**. Campinas: Editoras da Unicamp, 2016.

PÊCHEUX, M.; GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 2a ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: ORLANDI, Eni Puccinelli *et al.* – 5 ed. Editora da UNICAMP, 2014.

PÊCHEUX, M. Abertura do Colóquio. In: CONEIN, B. *et al.* **Materialidades Discursivas.** Campinas: Editoras da Unicamp, 2016.

PENNA, M. A. Investigando movimentos sociais contemporâneos com ferramentas digitais: um guia prático de pesquisa. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 48, n. 3, p. 603–617, 2023. DOI <https://doi.org/10.5216/ia.v48i3.75770>

PETRI, V. O funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do “dispositivo experimental” da Análise de Discurso. In: DIAS, C.; PETRI, V. (org.). **Análise de Discurso em perspectiva:** teoria, método e análise. Campinas, SP: Pontes, 2012.

SANTOS, B. de S. **O fim do império cognitivo:** a afirmação das epistemologias do Sul. Autêntica, 2019.

SCHADEN, E. O índio brasileiro: imagem e realidade. **Revista de História**, São Paulo, v. 55, n. 110, p. 321–346, 2023. DOI <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.1977.105273>

SCHIAVONI SYLVESTRE, H.; ESCUDERO, C. O diálogo com a Comunicação na construção de narrativas históricas digitais em jogos: A cultura do povo indígena Huni Kuin. Locus: **Revista de História**, [S. l.], v. 30, n. 1, p. 63–78, 2024. DOI <https://doi.org/10.34019/2594-8296.2024.v30.43958>

STASIAK, D. As estratégias de visibilidade e interação das organizações na sociedade midiatizada. **Novos media e novos públicos**, v. 3, 2015.

VOLPATO, A. N.; LUVIZOTTO, C. K.; VERSUTI, C. D. Visibilidade como estratégia, estratégias de visibilidade: movimentos sociais contemporâneos na internet. **Revista ECO-Pós**, v. 22, n. 1, p. 352-383, 2019. DOI <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v22i1.15992>